BRASIL COM Z*

Heloisa A. Pontes

1. Introdução

Visualizar os "mapas" do Brasil construídos pelos estrangeiros que escrevem sobre o país, seus contornos, espessuras e dimensões internas, eis o objetivo inicial deste artigo. Inventaria títulos, temáticas, autores, tipos de relação que criam com o país e com a comunidade científica, listá-los, cotejá-los, diluir singularidades em prol de uma visão de conjunto, tais são os procedimentos possíveis. No entanto, é preciso delimitar melhor o objeto. A produção estrangeira sobre o Brasil? Mas qual produção e a partir de quando? Editada aqui ou nos países de origem de seus autores? Em revistas especializadas ou sob a forma de livros? Qual o perfil dos estrangeiros, nacionalidades, formação acadêmica, temas privilegiados? Mas como definir os estrangeiros? Como viajantes, curiosos, naturalistas, americanistas, africanistas, brasilianistas etc.?

Conforme ampliávamos o escopo das indagações, tornava-se claro que o foco de análise, em relação aos estudos estrangeiros sobre o país, deveria incidir sobre a sua refração aqui, não por uma questão de xenofobismo subreptício, mas, ao contrário, por uma necessidade premente de tornar mais claras as complexas e tortuosas relações que se estabelecem entre os centros de produção intelectual e suas periferias. Neste caso: entre o Brasil, de um lado, e a Inglaterra, a França e, sobretudo, os Estados Unidos, de outro.

Analisar a produção de cientistas sociais e historiadores estrangeiros sobre o Brasil, editada aqui, sob a forma de livros, a partir dos anos 30, eis, então, o objetivo deste artigo. Os anos 30, nunca é demais enfatizar, marcam tanto o início do processo de institucionalização das ciências sociais brasileiras, quanto a sedimentação da atividade editorial no país. É deste período a ampliação, em escala até então desconhecida, de um tema recorrente em nossa literatura: o "eterno retorno" das redes-

*Este trabalho é uma análise da produção estrangeira sobre o Brasil, editada aqui, sob a forma de livros, entre 1930 e 1988.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 5, 1990, p. 45-65.

cobertas do país[1] — esta espécie de expiação nativa da intelectualidade situada do lado de baixo do equador. Tempo, também, do aparecimento de uma verdadeira enxurrada de retratos do Brasil, "canalizada", em parte, pelas coleções "brasilianas", as mesmas que acolherão o grosso das obras nacionais e estrangeiras sobre o país.[2]

Se o recorte cronológico parece facilmente justificável, o mesmo não acontece em relação à escolha editorial. Algumas considerações se fazem, neste caso, necessárias. Ao privilegiar os livros de estrangeiros editados aqui, a intenção foi usar o mercado editorial como uma das chaves possíveis para a análise das relações intelectuais e acadêmicas, configuradas no jogo triangular entre o Brasil, a Europa e os Estados Unidos. É claro que a maior parte dos estudos adventícios sobre o país aparece em revistas especializadas, sobretudo estrangeiras, e que nem todos os autores e livros foram publicados aqui. Mas, apesar dessas ressalvas, o mercado editorial, por meio de coleções várias sobre o Brasil, divulgou, se não a parte mais representativa desses trabalhos, ao menos aquela que expressa mais nitidamente as conexões entre a comunidade científica nacional e as estrangeiras.

A análise da produção estrangeira editada aqui, entre 1930 e 1988, foi orientada pelos seguintes procedimentos de pesquisa: listagem, em ordem cronológica, dos livros publicados; levantamento dos temas, enfoques teóricos, objetos, campos de investigação e recortes temporais; leitura dos prefácios, apresentações introduções, assim como dos apresentadores e prefaciadores nacionais; classificação dos autores, em termos de nacionalidade, especialização profissional, ano e lugar em que obtiveram o doutoramento e tipo de vínculo que mantêm (ou mantiveram) com a universidade brasileira.[3]

A articulação desses níveis de investigação permite delinear as seguintes questões: em primeiro lugar, as redes acadêmicas e institucionais dos estrangeiros com o Brasil; em segundo, as alterações temáticas e metodológicas verificadas no interior dessa produção; em terceiro, uma compreensão mais globalizante dos estrangeiros e da influência de seus estudos nas ciências sociais e na historiografia brasileira; por fim, pela comparação entre os diversos tipos de estrangeiros, é possível caracterizar melhor o fenômeno do brasilianismo.

Uma observação final sobre a perspectiva analítica que balizou a leitura do material pesquisado. Por um lado pretendeu-se fazer algo como uma "genealogia" dos estrangeiros, em termos de sua inserção e percepção do país, numa cadeia, onde os viajantes, africanistas, americanistas e, contemporaneamente, brasilianistas, aparecem uns como antepassados de outros. Esta sucessão temporal, por centrar-se na seqüência da publicação dos livros no país, sugere continuidade entre uns e outros autores. Mas, por outro lado, também é possível — e desejável — enxergar descontinuidade entre eles, não só porque os "primeiros" (os viajantes) aportaram aqui em barcos a vapor e os "últimos" (os brasilianistas) em velozes aviões, ou ainda, por uns serem tidos como mais "científicos", "perspicazes" ou "ideologicamente comprometidos" que outros.

As descontinuidades, é óbvio, não são apenas de natureza "motora" ou paradigmática. Mas, fundamentalmente, de tipo estrutural, uma vez que alteraram-se tanto as condições de produção de saber dos estrangeiros (e, portanto, dos "mapas" do Brasil produzidos por eles), quanto as ciências sociais brasileiras. Conseqüentemente, mudaram as relações acadêmicas e institucionais entre a comunidade nacional de cientistas sociais e historiadores e suas congêneres européias e americanas.

2. 1930-1968: de viajantes a pesquisadores

Os anos 30 e 40, do ponto de vista editorial, são marcados pela profusão de relatos de viajantes, cronistas e historiadores amadores que, aos bandos, em duplas, sozinhos ou engajados em missões científicas patrocinadas por governos estrangeiros, estiveram no país no decorrer do século passado. Editados como nunca, ganham destaque nos projetos editoriais, sobretudo na *Brasiliana*, dirigida por Fernando de Azevedo, e na *Biblioteca Histórica Brasileira*, supervisionada por Rubens Borba de Morais. Os viajantes estão por toda parte: nas livrarias, escolas, bibliotecas, e nos gabinetes dos homens "cultivados" dessa primeira metade do nosso século. Suas impressões de viagem e observações contundentes sobre múltiplos aspectos da cena social do Brasil novecentista — de sua flora, fauna, geografia física e humana — multiplicam-se nesses livros, como a confirmar a anterioridade de olhar de fora sobre as visões nativas.

Homens do passado, é inegável, ainda que, sob vários aspectos, atuais, os viajantes serão neste século "substituídos" por outros estrangeiros, mais atinados com as demandas científicas, intitucionais e intelectuais do país nos anos 30 e seguintes. Homens "modernos" (no sentido de contemporâneos às questões centrais de seu tempo, e por isto mesmo, em recusa aberta ou velada com seus ascendentes) e "disciplinados" (leia-se, formados no interior das ciências sociais e históricas em sua vertente propriamente disciplinar) farão, nos anos 30, sua *rentrée* no Brasil. Alguns em grande estilo, outros mais discretos, mas todos louvados pelo espírito de colaboração e pela importante missão a que foram destinados: contribuir para a criação ou implemantação de projetos universitários no âmbito das humanidades.[4]

Parte expressiva dos seus estudos e pesquisas sobre o Brasil ganhará destaque não só no interior das comunidades científicas particulares, como no mercado editorial do país.

Uma leitura atenta dessa nova produção estrangeira sobre o país sugere cautela em relação a explicações globalizantes. Se alguma visão do conjunto deve ser oferecida, é preciso, no entanto, atentar para as suas particularidades internas. O risco de diluir a diferença nela mesma é grande, mas pior seria eliminá-la em prol de sínteses abrangentes que enxergam coisas iguais, quando de fato são várias. Exemplo? Tratar a produção estrangeira como um contínuo, onde os franceses, americanos, alemães, ingleses (africanistas uns, americanistas outros, cientistas sociais ou historiadores, todos) são vistos como os antepassados recentes dos "brasilianistas históricos".[5]

Primeiro subconjunto a ser analisado: a produção sobre o Brasil dos estrangeiros deste século, editada aqui entre 1930 e 1968. O recorte cronológico delimitado, longe de ser arbitrário, corresponde à lógica geral dessa produção. De fato, há tanto um perfil determinado de estrangeiros quanto um elenco preciso de temáticas abordadas e de campos investigados. Um indício possível de averiguação, ainda superficial, refere-se ao total de livros e autores publicados: 52 livros de 31 estrangeiros. Destes, praticamente a metade foi escrita por apenas seis autores, de nacionalidades diversas, que se encontram intimamente vinculados ao processo de criação e institucionalização das ciências sociais brasileiras. São eles: Roger Bastide, francês (sete livros); Emílio Willems, alemão (seis); Donald Pierson, americano (três) e Pierre Monbeig, francês (três).

Esses estrangeiros, apesar das origens diversas, apresentam vários pontos em comum. O mais evidente: a maioria passou um período significativo de suas vidas no Brasil. Baldus chegou ao país ainda jovem,

com 22 anos, e passou o resto de sua vida aqui: Willems e Pierson viveram 18 anos no Brasil; Bastide, 17; Monbeig, 11. Wagley, se não residiu, manteve constantes e renovados vínculos com o país. São todos cientistas sociais, antropólogos mais, sociólogos menos (em que pese essas distinções, estranhas, de uma certa maneira, à época), etnólogos alguns, geógrafo um.

Baldus, Willems e Pierson foram professores na Escola Livre de Sociologia e Política (o primeiro entre 1939-53 e os últimos entre 1938-49), além de principais responsáveis pela criação e sustentação da revista *Sociologia* e do programa de pós-graduação da escola (criado em 1941), atividade pioneira no campo das ciências socias paulistas.[6] Bastide, Monbeig e novamente Willems foram professores na Faculdade de Filosofia da USP (respectivamente entre 1937-55, 1939-46 e 1938-49).[7] Wagley, que tinha na pesquisa a principal forma de ligação com o país,[8] lecionou no Museu Nacional, por um ano, como professor visitante. Professores e pesquisadores, todos deixaram marcas fortes nas ciências sociais brasileiras.

Seus livros, quando vistos em conjunto, revelam parte significativa de suas carreiras profissionais (construídas em grande medida no país, ou através dele) e, sobretudo, da história das ciências sociais aqui. Suas trajetórias intelectuais e profissionais são, pois, indissociáveis dos rumos tomados pelas ciências sociais brasileiras e pela comunidade de seus praticantes, nas primeiras três décadas de sua formação e institucionalização, isto é, de 1930 a meados de 1960. Em que sentido? Tanto nas orientações temáticas, metodológicas e paradigmáticas, quanto nos objetos, campos de investigação e na maneira específica com que concebiam a pesquisa e o papel dos cientistas sociais.

Os temas cobriam: relações raciais e seus desdobramentos; preconceito racial e práticas religiosas afro-brasileiras, candomblé e umbanda; imigração e aculturação; estudos de comunidade; etnologia do Brasil central; renovação dos estudos sobre os tupis e os guaranis. As pesquisas eram individuais ou coletivas, mas sempre por meio de observações minuciosas, longas, *in loco*. Os estados privilegiados pelas investigações foram: Bahia, São Paulo, Amazonas, Minas Gerais, Maranhão, Mato Grosso e Santa Catarina, sendo os dois primeiros os mais importantes. O quadro 1 correlaciona os principais campos de investigação dos tipos de pesquisa, autores, períodos e temas.

A Bahia foi palco de inúmeras pesquisas, algumas estritamente individuais, como as de Pierson (1935-37) e Bastide (a partir de 1944), outras individuais ou coletivas, viabilizadas por meio de projetos institucionais. Entre as últimas, estão: a de Ruth Lands (1938/39, patrocinada pela Universidade de Columbia em cooperação com o Museu Nacional); a de Charles Wagley (1949-51, como coordenador americano, em conjunto com o baiano Thales de Azevedo, de um outro projeto da Universidade de Columbia, desta vez com o estado da Bahia, por iniciativa de Anísio Teixeira); a de Marvin Harris (em 1962, como coordenador de um novo projeto Columbia-Bahia)[9]. Estão citados apenas as pesquisas que resultaram em livros publicados aqui, uma vez que esses projetos envolveram tanto estudantes brasileiros quanto americanos, que tomaram a Bahia como campo de investigação nas suas teses de doutoramento, defendidas posteriormente na Universidade de Columbia.

A importância de São Paulo tem razões óbvias. Nesse estado, onde residia a maioria dos autores mais editados entre 1930-68, encontravam-se dois grandes centros de formação de cientistas sociais — a Faculdade de Filosofia da USP e ELSP —, o que contribuiu para a aglutinação de jovens estudantes brasileiros em torno de seus mestres estrangeiros, assim como para a aqui-

Quadro 1
Principais campos de investigação encontrados nos livros publicados entre 1930-68

Sociologia e antropologia

Campos de pesquisa	Tipos de pesquisa	Autores	Período	Temas
Bahia	Individual com suporte institucional	Pierson	1935-37	Relações raciais; candomblé
		Lands	1938-39	candomblé
	Individual sem suporte institucional	Bastide	1944...	Religião afro-brasileira; candomblé
	Projetos coletivos; institucionais			Estudos de comunidade; relações raciais
	Primeiro projeto Columbia-Bahia	Wagley (coordenador)	1949-52	
	UNESCO (Métraux)			
	Segundo projeto	Harris (coordenador)	1961	Relações raciais
São Paulo	Coletiva: ELSP	Willems (coordenador)	1945	Estudos de comunidade (Cunha)
	Coletiva: ELSP-Smithsonian Institution	Pierson (coordenador)	1947-48	Estudos de comunidade (Cruz das Almas
	Coletiva: USP-Editora Anhembi UNESCO Métraux	Bastide (coordenador)	1950-51	Relações raciais; preconceito racial
	Individual	Willems	1946	Imigração japonesa (aculturação)
Amazônia	Coletiva; UNESCO (Hiléia Amazônica)	Wagley (coordenador)	1948	Estudos de comunidade
Maranhão	Coletiva	Wagley (coordenador)	1941-42	Etnologia dos tupis (teneteras)
Brasil central e meridional (mapa etnológico)	Individual c/suporte institucional	Wagley	1939-40	Etnologia dos tapirapés
	Individual	Baldus	1933-35	Etnologia dos Jê (Terena; Bororo; Karajá; Tapirapé; Kaingan)
Santa Catarina	Individual	Willems	Final dos anos 30	Imigração alemã (aculturação)

sição de recursos institucionais vindos de fora. Donald Pierson, por exemplo, era o representante, no Brasil, da Smithsonian Institution, tendo por atribuição principal o preparo e a formação de pesquisadores autóctones.

A UNESCO também contribuiu para fazer do estado de São Paulo, no início da década de 50, um caso interessante no estudo das relações raciais. Através da mediação de Alfred Métraux, então diretor do seu Departamento de Ciências Sociais, da Reitoria da USP e do patrocínio da Editora Anhembi, foi desenvolvida uma investigação sobre as relações entre brancos e negros na sociedade paulista. Essa pesquisa, coordenada por Roger Bastide, orientou-se pela necessidade de investigar e analisar o "preconceito de cor", cuja função seria a de "justificar uma sociedade de classes" (Bastide, 1955).

Mas como se articulam os estudos de comunidade, relações raciais, religião afro-brasileira e aculturação com as pesquisas feitas sobretudo na Bahia e em São Paulo? Ou melhor, de que Brasil se fala ? Trata-se, antes de tudo, de uma leitura diferenciada do país, construída por meio de uma oposição clara em relação à tradição ensaística até então dominante no sistema de produção intelectual brasileiro. Antes, de Euclides da Cunha a Gilberto Freyre, a sociologia, como lembra Antônio Cândido, aparecia "mais como um ponto de vista do que como pesquisa objetiva da realidade presente. O poderoso ímã da literatura interferia com a tendência sociológica, dando origem àquele gênero misto de ensaio, construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte" (Cândido, 1980:130). Agora, a partir dos trabalhos desses estrangeiros, a sociologia deixa de ser um ponto de vista, para tornar-se a viga mestra das análises empreendidas.

O país, ao deixar de ser pensado por meio de reflexões globalizantes, cinde-se em realidades multifacetadas que, estas sim, precisam ser explicadas, isto é, pesquisadas. Os estrangeiros, nesse novo contexto de produção intelectual, são os principais artífices desta segmentação. A partir deles, chega-se ao Brasil por novos atalhos.

Através do trabalho de Pierson, por exemplo, o país, que "de longa data, já era considerado pelos *scholars* americanos, um verdadeiro laboratório de civilização, um palco onde se desenrolam os mais interessantes atos humanos, nesse capítulo dos mais dignos de atenção para os sociólogos e antropólogos das relações de raça e cultura" (Ramos, 1945), impõe-se também como realidade regional a ser pesquisada. A Bahia, por seu exótico *melting-pot* étnico-cultural, apresenta-se como um caso particularmente interessante para os estudos das relações raciais, tornados possíveis com "o abandono das teorias de difusão cultural e sua substituição pelos processos de aculturação" (Park, 1945).

Na sua análise sobre as "carreiras de gente de cor" naquele estado, Pierson (1945) ressalta que, embora em linhas gerais se aplique a outras regiões do país, "não pode o cientista confiar em qualquer generalização antecipada ou baseada em observações ligeiras ou simples relatos. As generalizações científicas exigem longas e acuradas pesquisas *in loco;* pesquisas que são empíricas, em que os fatos determinam as conclusões, não sendo empregados apenas para ilustrar dogmas políticos ou de outro gênero." Por esta razão, seu livro foi considerado "a primeira tentativa científica que surgiu no Brasil, de estudo sistematizado e objetivo das relações de raça" (Ramos, 1945).

O próximo passo, nessa perspectiva afeita a generalizações parciais e circunscritas, seria dado pelos estudos de comunidade, cuja entrada no mercado editorial é feita por meio do livro de Emílio Willems, *Cunha. Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*, editado em

1947. Trata-se do estudo de uma comunidade rural do estado de São Paulo, com o objetivo de analisar o contraste entre a sua tradição cultural e as transições operadas na sua estrutura social. Segundo Willems, essa pesquisa foi implementada "com recursos que se encontram amplamente empregados nos estudos sobre comunidades que não podem ser consideradas primitivas" (Willems, 1947).

Eis o ponto: analisar as comunidades do Brasil rural por meio de investigações originalmente cencebidas para o estudo das sociedades "primitivas", o que, no entender de Willems, corresponde a uma oportuna dilatação dos horizontes da antropologia, uma vez compreendido que a "restrição das investigações anteriores aos chamados primitivos era meramente convencional". No arsenal metodológico das ciências do homem "não existe recurso nenhum que não possa ser aplicado a comunidades 'civilizadas'". Aliás, insiste o autor, "a aculturação gradativa de um número cada vez maior de sociedades tribais e o desaparecimento de muitas outras são fatores que teriam limitado sensivelmente os objetivos da antropologia se os seus representantes não houvessem lembrado, em boa hora, de alargar o campo de trabalho incorporando-lhe pesquisas sobre comunidades que até então pareciam reservadas à sociologia" (Willems, 1947).

Emílio Willems e Charles Wagley serão, no Brasil, os maiores representantes dessa perspectiva. Seus trabalhos, feitos sempre por meio de investigações prolongadas, com ajuda de vários assistentes de pesquisa, darão o tom da produção sociólogica nas décadas de 40 e 50. Aliado a esses trabalhos, estão os estudos de Donald Pierson que, embora um pouco diferenciados dos anteriores, sintetizam a perspectiva mais geral de todos. Diz o americano: "antes de podermos estudar eficazmente a sociedade (leia-se o Brasil) no particular, temos que conhecer as sociedades no plural, isto é, antes de podermos compreender a sociedade em geral, devemos conhecer ampla e profundamente grande número de sociedades particulares", embora, admita Pierson, "seja necessário esforçarmo-nos para alcançar sem demora o primeiro 'andar' do edifício, por assim dizer, da nossa ciência, isto é, o nível em que nos será possível lidar com problemas teóricos". Mas antes disso — adverte —, "é imperativo construirmos o 'andar térreo' que dá ao superior a base adequada" (Pierson, 1966: XII).

Aqui se impõe claramente uma distinção entre Willems e Pierson, de um lado, e Bastide, de outro. A contraposição poderia ser feita, em um primeiro momento, em termos de nacionalidades e de formações acadêmicas em ciências sociais, com acentos distintos na teoria e na pesquisa, ou, ainda, em função de perspectivas de trabalho diferentes das instituições a que pertenciam: a ELSP e a Faculdade de Filosofia da USP, a primeira mais próxima do modelo americano de ciências sociais, centrado principalmente nos trabalhos de pesquisa empírica, e a segunda mais ligada ao modelo francês, com forte ênfase na dimensão teórica da disciplina. De qualquer forma, o certo é que os trabalhos de Roger Bastide, em função de suas incursões pela cultura brasileira, se diferenciam dos demais.

O francês também pesquisou, mas em condições bastante precárias, sem suporte institucional externo, quase sempre sozinho e invariavelmente nos períodos de férias. A Bahia foi para ele uma espécie de "paraíso" reencontrado, mas aí também por motivos diversos de seus contemporâneos estrangeiros. A necessidade de estudar a religiosidade afro-brasileira praticada nos condomblés levou Bastide a uma "crise de consciência", isto é, à descoberta da insuficiência de sua mentalidade cartesiana para abordar o mundo dos candomblés, seguida da certeza de que para entendê-lo

deveria passar por um ritual de iniciação.[10] Essas eram condições básicas, no seu modo de ver, para analisar o candomblé como um sistema coerente de representações coletivas e de gestos rituais, dotado de uma estrutura e cosmologia particulares.

De suas incursões pelos candomblés baianos e pelas relações entre brancos e negros na sociedade paulista, bem como de sua vivência no país, Bastide retira inspiração para falar também do Brasil, terra de contrastes, a exigir do sociólogo novos sistemas conceituais para decifrá-la, pois, a seu ver, todas as "noções que aprendeu nos países europeus ou norte-americanos não valem aqui" (Bastide, 1959:15).

O empenho de Bastide em desvendar aspectos variados da realidade e da cultura brasileiras, aliado à duração de sua permanência aqui, explicam a sua influência na formação das primeiras gerações de cientistas sociais e atestam um tipo particular de relação com o Brasil, decorrente de seu envolvimento intelectual e afetivo com o país.

O mercado editorial referente à produção estrangeira sobre o Brasil é um dos indícios de que se dispõe para dimensionar a influência das presenças estrangeiras nas ciências sociais e na historiografia brasileiras. Mas para examiná-lo nessa perspectiva é preciso ter claras algumas questões. Antes de tudo, é necessário enfatizar que enquanto os americanos vêm ao país principalmente com o intuito de pesquisá-lo, os franceses para cá se dirigem, sobretudo, com a atribuição de ensinar — teoria sociológica e antropológica; filosofia, estética, geografia e história geral, nunca história do Brasil —, ainda que entre as presenças francesas encontremos algumas que fizeram do Brasil um campo também de investigação, como Bastide, Monbeig, Lambert, Lévi-Strauss, Métraux, Rivet, Deffontaines, para citar apenas os autores traduzidos aqui entre 1930 e 1968.

Essa situação, fruto de inserções diferenciadas dos estrangeiros no país, reflete-se com clareza no mercado editorial nacional. Foram publicados, entre 1930-68, 52 livros de 31 estrangeiros. Desse montante, 25 livros (praticamente a metade dos títulos) são de autoria de apenas seis estrangeiros: Bastide, Willems, Baldus, Monbeig, Pierson e Wagley. Os outros 27 livros (52%) foram escritos por 25 autores (81%), distribuídos da seguinte maneira: seis títulos de seis autores franceses, 12 títulos de 12 autores americanos, três títulos de três autores alemães, quatro títulos de dois autores ingleses e um título de dois autores italianos.

O que revelam esses números? Uma clara primazia dos estrangeiros antes nomeados que, em função do tipo de inserção que estabeleceram com o país, do tempo que aqui permaneceram, da posição que ocuparam nas universidades locais ou das redes de relações que construíram com a comunidade intelectual da época, destacaram-se também como os autores mais publicados no período. Em contraposição à situação desfrutada por estes autores, encontramos um número expressivo de outros estrangeiros (24 ao todo) com apenas um livro publicado. Os americanos, já nesta primeira fase de institucionalização das ciências sociais, sobressaem-se numericamente. Seus livros, em larga medida, resultaram de pesquisas feitas no país, como parte dos requisitos profissionais para suas carreiras, construídas, em sua quase totalidade, nos Estados Unidos. Daí o caráter "itinerante" e esporádico de várias dessas investigações.

Cabe enfatizar, por fim, que as editoras paulistas — principalmente a Nacional, através de sua coleção *Brasiliana* e, secundariamente, a Martins — foram as principais responsáveis pela publicação desses estrangeiros. Dos 52 livros editados entre 1930-68, 37 (71%) foram publicados em São Paulo. O restante encontra-se

distribuído da seguinte maneira: 11 títulos (21%) editados no Rio de Janeiro (sendo cinco entre 1930-65, três dos quais por órgãos públicos, e cinco entre 1966-68), dois em Curitiba, um em Salvador e um em Belo Horizonte.

A preponderância do setor editorial paulista na publicação da produção adventícia sobre o país explica-se pela configuração particular do movimento de institucionalização das ciências sociais em São Paulo. Vários dos estrangeiros que vieram ao Brasil nesse período mantiveram algum tipo de vínculo com a Faculdade de Filosofia da USP e com a Escola Livre de Sociologia e Política.

3. 1969-88: os brasilianistas

Se a chave explicativa para a análise da produção estrangeira sobre o país e do mercado editorial que a publicou entre 1930-68 é dada pela proponderância e repercussão, no cenário intelectual local, dos livros de alguns estrangeiros diretamente vinculados ao processo de criação e de institucionalização das ciências sociais brasileiras, a mesma não parece adequada para o período pós-69. O país, que desde os anos 30 recebia pesquisadores do exterior, é, a partir de meados dos anos 60, atravessado por uma nova leva de estrangeiros que para cá se dirige em busca de material e dados de pesquisa, especialmente para as suas teses de doutorado. Apesar de não estabelecerem vínculos fortes com as universidades brasileiras, eles darão o tom e as coordenadas de uma nova série de estudos sobre o Brasil, em particular dos editados aqui. Quem são eles? Historiadores, em sua maioria, americanos principalmente e, antes de tudo, pesquisadores "itinerantes".

Até 1968, os historiadores estrangeiros ocupavam uma posição modesta no mercado editorial nacional. Esse quadro, no entanto, se altera, e muito, a partir de 1969, quando entra em cena (ou melhor, nas livrarias) a última leva conhecida de estudos estrangeiros sobre o Brasil, vinda diretamente dos Estados Unidos para ser editada aqui, sob o rótulo de *brasilianista*, timbrado, aliás, por Francisco de Assis Barbosa (1969), na apresentação ao livro de Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo.*[11]

Segundo Assis Barbosa, brasilianista é todo estudioso americano que se interessa pelo Brasil. A obviedade da caracterização não mereceria a transcrição se a ela não fossem acopladas avaliações sobre a qualidade de seus trabalhos e sobre a história tal como ensinada no país até o final da década de 60. Dizo apresentador: "o que deve chamar a nossa atenção é que os cursos de história estão se multiplicando nos EUA, ao mesmo tempo que vai aumentando o número de professores que, em breve, suplantará, se não suplantou, ao das nossas faculdades de filosofia." Se a ameaça existe, a "culpa", no seu entender, deve-se menos aos americanos e mais aos historiadores brasileiros, na medida em que a história brasileira "tal como a ensinamos, dando ênfase muito discutível ao período colonial, exerce pouca atração, preferindo a mocidade cursos mais dinâmicos" (Assis Barbosa, 1969:4).

Nessecontexto, a novidade trazida pelos brasilianistas refere-se à realização de múltiplos e diversificados estudos sobre o país, notadamente sobre o seu período contemporâneo, o que, sem dúvida, explica o sucesso editorial de muitos deles. No momento em que o regime militar impedia a livre manifestação do pensamento e censurava a imprensa, além de haver uma escassez de estudos sobre o Brasil pós-64, os brasilianistas traziam, se não uma visão renovada da conjuntura social, política e econômica do país, ao menos uma das poucas visões disponíveis sobre o seu passado recente e o seu presente.

Prova disso é o número de edições de alguns dos livros de brasilianistas, como os do historiador Thomas Skidmore (*Brasil: de Getúlio a Castelo*, alcançou a cifra inédita de oitava edição no elenco de títulos sobre o Brasil), do engenheiro e historiador sem formação acadêmica especializada John Foster Dulles, e do cientista político Alfred Stepan. A recepção bastante controversa dos brasilianistas pela imprensa e mesmo por vários setores da comunidade intelectual não impediu o consumo de vários de seus trabalhos junto ao público leitor mais amplo.

Entre 1969 e 1988 foram publicados no Brasil 71 livros de brasilianistas — historiadores e cientistas sociais — escritos por 49 autores. Essa cifra é bastante modesta, quando comparada ao montante de teses de doutorado sobre o país defendidas nas universidades americanas. Apenas na década de 60, foram apresentadas 195 teses nessas especialidades (Ramos, 1974). Apesar de reduzido, esse número revela parte importante das conexões dos autores editados com a comunidade de cientistas-sociais e historiadores nacionais, assim como com os editores que os publicaram. Interessante notar que a maior parte desses trabalhos aparece em coleções destinadas ao Brasil, não mais nas clássicas *Brasiliana* e *Documentos Brasileiros*, mas nas suas substitutas contemporâneas: *Estudos Brasileiros*, *Retratos do Brasil*, e *Corpo e Alma do Brasil*, editadas pela Paz e Terra, Civilização Brasileira e Difel, as primeiras localizadas no Rio de Janeiro e a última em São Paulo, respectivamente. Por outro lado, esse número, quando comparado com a produção estrangeira sobre o país editada aqui entre 1930-68, é indicativo do aumento substancial dos americanos entre os estrangeiros publicados. Os quadros 2 a 7 dão um panorama da produção estrangeira, brasilianista ou não, publicada no Brasil entre 1930-88.

A explicação para esse fato reside, evidentemente, em razões externas à lógica editorial nacional. Encontra-se no incremento dos estudos brasileiros nos Estados Unidos, desencadeado fundamentalmente pela revolução cubana, que, entre outras coisas, promoveu "o renascimento do interesse pelas pesquisas sócio-culturais sobre os países latino-americanos, num padrão até então desconhecido" (Ramos, 1974:281).

No plano acadêmico norte-americano assiste-se, no decorrer dos anos 60, à montagem de uma série de centros de pós- graduação voltados para estudos latino-americanos, como os de Wisconsin, Yale, Columbia, City University de New York, Vanberbilt, Berkeley, Stanford e Austin (para citar os mais importantes). Por outro lado, a criação da LASA (Latin American Studies Association) em 1965, aliado aos grandes investimentos da Fundação Ford para múltiplas pesquisas neste continente, podem ser tomados como marcos decisivos na história recente das relações acadêmicas e institucionais entre o Estados Unidos e o Brasil.[12]

Essas relações, fruto do enfrentamento assimétrico de dois sistemas intelectuais distintos, envolvem um quadro amplo de instituições, categorias profissionais, redes informais, idéias e publicações. Além disso, são marcadas pelas alterações que se verificam, principalmente nas décadas de 70 e 80, na comunidade brasileira de cientistas sociais e historiadores e em suas congêneres americanas.

Tais alterações dizem respeito, por um lado, ao fato de que a formação de pesquisadores brasileiros — uma vez consolidado o processo de institucionalização das universidades no país — passa a ser, em larga medida, patrocinada por membros mais titulados da própria comunidade. Nesse sentido, presenças estrangeiras como a de Pierson, por exemplo (que aliava a sua

Quadro 2
Livros estrrangeiros publicados entre 1930-88

Período	Quantidade	%
1930-68	52	35
1969-88	95	65
1930-88	147	100

Quadro 3
Perfil dos estrangeiros publicados entre 1969-88

	Autores		Livros	
Perfil	Quantidade	%	Quantidade	%
Brasilianistas	49	75	71	75
Outras nacionalidades	9	14	9	9
Estrangeiros vinculados ao país (1930-60)	7	11	15	16
Total	65	100	95	100

Quadro 4
Autores estrangeiros vinculados ao país entre 1969-88

	Livros	
Autores	Quantidade	Anos da publicação
H. Baldus	1	1970
R. Bastide	3	1971, 1973 e 1974
D. Pierson	1	1972
P. Monbeig	1	1984
C. Nimuendaju	1	1987
P. Verger*	7	1980, 1981 (4), 1985 e 1987
C. Wagley	1	1988
Total	15	—

1* Pierre Verger, embora continue vinculado ao país, ou melhor, à Bahia, chegou ao país em 1946. Faz parte, portanto, do conjunto de estrangeiros vinculados à primeira fase das ciências sociais brasileiras.

Quadro 5
Autores de outras nacionalidades publicados entre 1969-88

Autores	Nacionalidade	Formação acadêmica	Livros	
			Quantidade	Ano da publicação
A. J. R. Russel-Wood	Inglês	História	1	1981
Peter Fry	Inglês	Antropologia	1	1982
Hélène Clastres	Francesa	Etnologia	1	1978
Alan K. Manchester	Inglês	História	1	1973
Leslie Bethell	Inglês	História	1	1976
Charles Boxer	Inglês	História	1	1973
George Thomas	Alemão	Etnologia	1	1982
Clovis Lugon	Francês	Etnologia	1	1980
Robert Linhart	Francês	Sociologia	1	1981
Total	—	—	9	—

Quadro 6
Distribuição dos livros dos brasilianistas por disciplina

Disciplina	Autores		Livros	
	Quantidade	%	Quantidade	%
História	47	66	30	61
Ciência política	11	15	7	14
Antropologia	9	13	8	16
Sociologia	2	3	2	4
Literatura	2	3	2	4
Total	71	100	49	100

atividade de docente na EESP à tarefa de formar pesquisadores autóctones, esta última a seu ver prioritária), tomaram-se "anacrônicas. De outro lado, para os americanos o Brasil toma-se, de fato, uma área de especialização profissional. A pesquisa continua a ser o vínculo prioritário de ligação com o país, mas adquire novas conotações, uma vez que passa a ser feita sobretudo de maneira individual. O Brasil aparece fundamentalmente como objeto de doutoramento, espaço para trocas institucionais e local para o "escoamento" da produção desenvolvida nos Estados Unidos.

O exame do *conjunto* da produção americana editada aqui a partir de 1969 revela algumas dessas alterações. Os livros, em sua maioria, aparecem inicialmente como teses, financiadas por agências americanas e promovidas como parte dos requisitos necessários para a obtenção do PhD. Se alguma lógica pode ser apreendida

Quadro 7
Brasilianistas mais publicados

Autores	Disciplinas	Nº de livros	Períodos estudados	Temas enfocados
John Dulles	História	4	Primeira República; Brasil contemporâneo	Anarquismo e comunismo período Vargas; biografias políticas
June E. Hahner	História	3	Primeira República; Brasil contemporâneo	Militares; participação social e política da mulher
Thomas Skidmore	História	3	Primeira República; Brasil contemporâneo	pensamento racial; biografias políticas; Brasil pós-64
Alfred Stepan	Ciência política	3	Brasil pós-64	Militares; Estado autoritário; abertura e redemocratização

desse conjunto, ela refere-se à vertente *empírica* de seus trabalhos, o que, a princípio, não deveria ser motivo de espanto, escândalo ou suspeita, pois dificilmente teses de doutorado, por si só, resultam em trabalhos teóricos e transformam-se em influências paradigmáticas. As exceções, neste caso, só confirmam a regra.

O reconhecimento da vertente empírica do conjunto dessa produção não deve, porém, obscurecer particularidades próprias das disciplinas que o integram. Entre os livros publicados aqui, destacam-se os trabalhos historiográficos, que detêm 75% dos títulos editados dos brasilianistas e pautam-se por uma nítida preferência pela investigação do Brasil republicano. Pouquíssimos foram os estudos dedicados à Colônia editados aqui, o que se explica pelo fato deste período aparecer como uma espécie de "monopólio" dos historiadores brasileiros. O Império, por sua vez, atraiu os pesquisadores menos por sua história política e mais por seus aspectos sociais e econômicos, tendo a escravidão recebido certo destaque. O grosso dos livros editados aqui trata, contudo, do período republicano (incluindo a transição do Império), do regime Vargas e do período pós-64 (totalizando 86% dos livros de história publicados).

As obras dos brasilianistas, por anteciparem-se às dos historiadores brasileiros, acabaram por promover uma reorientação da historiografia nacional: tanto no sentido de tornar relativa a ênfase concedida ao período colonial e ao Império, quanto no de obrigar a atribuir uma importância maior ao período republicano (até então praticamente ausente do seu universo de investigação e, quando estudado, era como "patrimônio" de poucos, como Edgar Carone).

Se o recorte cronológico confere uma unidade a esses trabalhos, o mesmo não se pode dizer com relação às temáticas e aos campos investigados. Os temas se multiplicam menos por uma articulação "teó-

rica" e mais por uma "originalidade" empírica. O Brasil é recortado, quase de ponta a ponta, por pesquisas feitas ao longo de seu território, mas muito dificilmente dois estudos sobre uma mesma temática têm lugar em um mesmo estado: para cada autor, um ou, no máximo, dois estados brasileiros.

Por exemplo, os historiadores Joseph Love (1975, 1982), John Wirth (1982) e Robert Levine (1980) estudaram os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo (o primeiro), Minas Gerais (o segundo), e Pernambuco (o terceiro). No conjunto dos livros publicados, estes, contudo, são os mais interligados. De fato, embora cada autor tenha se dedicado a um campo particular de pesquisa, há uma perspectiva analítica e metodológica que os articula: a análise da dinâmica regional do federalismo brasileiro, da proclamação da República, em 1889, ao estabelecimento do Estado Novo, em 1937.

Os trabalhos desses autores, por investigarem "os estados mais importantes na federação republicana, distinguindo o papel das elites na feitura do tecido e dos matizes, que a história adquiriu no período" (Arruda do Nascimento, 1987:42), foram também um dos mais bem recebidos pela crítica acadêmica. O estudo de Love foi apresentado por Fernando Novais e Fernando Henrique Cardoso, e o livro de Wirth por José Murilo de Carvalho. A importância desses livros para a historiografia brasileira, para além dos seus méritos próprios, parece ser também diretamente proporcional à importância dos apresentadores no sistema intelectual brasileiro. Mas se esses trabalhos tiveram o "privilégio" dessa distinção, o mesmo não se pode dizer com relação ao grosso dos títulos em história editados entre 1969-88. Neste caso, o reconhecimento, quando proclamado, passa antes pelos temas e pelo período enfocados.

Para a Primeira República, encontramos uma profusão de títulos que tratam, entre outras coisas, da relação entre os militares e os civis; do movimento e da classe operária; dos anarquistas; do Partido Comunista; da imigração estrangeira; do papel da Grã-Bretanha no processo de modernização da economia brasileira: da industrialização em São Paulo; da política de valorização do café; do sistema brasileiro da grande lavoura; da formação histórica de São Paulo; do pensamento racial na produção intelectual e cultural; da participação da mulher nas lutas sociais e políticas. Ao todo, foram publicados 27 livros sobre esse período, equivalentes a 43% do montante de títulos editados (quadro 8).

Quanto aos livros que enfocam prioritariamente o Brasil contemporâneo, incluindo os trabalhos sobre o regime de Vargas e o período pós-64, encontramos estudos tanto de historiadores quanto de cientistas políticos. No total, foram publicados 27 livros sobre esse período da história brasileira, sendo 14 de história e 11 de ciência política, o que perfaz 43% do total de títulos editados entre 1969-88. Os historiadores abordam esse período principalmente através de estudos sócio-biográficos, como os de Dulles, a respeito de Getúlio Vargas e Castelo Branco, ou de Skidmore, sobre o Brasil de Getúlio a Castelo Branco e deste a Tancredo Neves. Já os cientistas políticos realizam investigações e análises mais particularizadas, como as de Stepan, sobre o Estado brasileiro, em termos do corporativismo e do autoritarismo, e sobre o papel e atuação dos militares na política, ou as de Bruneau, sobre o catolicismo brasileiro e a Igreja Católica no regime autoritário e sua atuação no processo de redemocratização.[13] O quadro 9 apresenta um resumo das áreas estudadas pelos antropólogos brasilianistas.

No quadro geral dos temas estudados pelos brasilianistas com formação em ciências sociais ou história, um assunto parece ausente de suas investigações: a cultura brasileira. De fato, entre os títulos publicados aqui, apenas o livro de Morse, *O*

Quadro 8
Periodização do país nos livros dos brasileiros

Disciplina	Colônia	Império	Primeira República (incluindo a transição do Império	Brasil contemporâneo Geral	Pós-30	Pós-64	Total de livros
História	3	5	25	5	5	4	47
Ciência política	—	—	—	2	2	7	11
Sociologia	—	—	1	—	—	1	2
Literatura	—	—	1	1	—	—	2
Subtotal	3(5%)	5(8%)	27(43%)	8(13%)	7(11%)	12(19%)	62(100%)

espelho de Próspero; cultura e idéias nas Américas (1988) dedica-se a esta questão.

Esse livro, mais próximo de um ensaio do que de um trabalho de pesquisa empírica, apareceu primeiro no México, não tendo sido ainda editado nos Estados Unidos. Nele, o autor procura estabelecer um contraste entre a cultura ibero-americana e a anglo-americana, evitando aquilo que, no seu entender, domina o diálogo entre o Norte e o Sul: o tom recriminatório, de um lado, e a tendência a considerar a América do Sul como "vítima, paciente, ou problema", de outro (Morse, 1988:13).

Sem entrar no mérito da qualidade analítica dessa opção, Morse, no livro mencionado, filia-se à tradição ensaística brasileira, tal como praticada, entre outros, por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e, contemporaneamente, por Antônio Cândido, aliás o apresentador entusiasta do trabalho.

Ao tematizar as relações entre as culturas anglo-saxônica e ibérica, Morse toca na cultura brasileira, mas apenas de maneira tangencial. A análise propriamente dita dessa cultura encontra-se praticamente ausente do universo de investigações dos cientistas sociais e historiadores brasilianistas. A primeira explicação para isto se deve às particularidades de suas formações acadêmicas. Nos Estados Unidos, os estudos latino-americanos e, por tabela, brasileiros, aparecem em último lugar no *ranking* acadêmico das áreas — nacionais e internacionais — investigadas. À posição "marginal", se assim podemos dizer, dos estudos latino-americanos, acrescenta-se um nítido desinteresse, por parte também das agências financiadoras, pelos aspectos mais culturais deste continente, investigado antes de tudo em função de suas dimensões política, econômica e social.

Por outro lado, a cultura brasileira, como tema, faz parte de certa tradição intelectual brasileira de caráter ensaístico, que alia a discussão sobre as particularidades culturais do país à tentativa de integrá-las numa perspectiva mais globalizante. Por esta razão, quando alguns estrangeiros, como Roger Bastide e, contemporaneamente, Richard Morse, debruçam-se sobre esse tema, o fazem também a partir de uma recuperação dessa tradição. As implicações dessa opção são uma maior receptividade e uma integração mais ampla na comunidade intelectual brasileira, mas não necessariamente nas comunidades acadêmicas de seus países de origem — como é o caso de Morse, que parece ter mais prestígio aqui do que nos Estados Unidos.[14]

Além disso, o estudo da cultura brasileira supõe um "investimento" de outro tipo por parte dos estrangeiros que eventual-

mente se dedicam a essa questão, qual seja: um contato mais prolongado com o país, com sua realidade, e uma inserção mais direta na comunidade nacional de cientistas sociais e historiadores. Esses requisitos estão, em larga medida, ausentes na interação dos brasilianistas com o país, mas não de outros estrangeiros que aqui estiveram a partir dos anos 60.

Quadro 9
Áreas de estudo dos antropólogos brasilianistas

Áreas	Quantidade de livros
Antropologia urbana	2
Antropologia rural	1
Estudos de comunidade	1
Etnologia	4
Total	8

Referimo-nos especificamente ao antropólogo inglês Peter Fry, que, assim como antes fizera Roger Bastide, construiu uma parte significativa de sua carreira no Brasil. Um dos fundadores do curso de mestrado em antropologia social da Unicamp, Fry lecionou, entre 1970 e 1982, nesta universidade. A partir de 1982, mudou-se para o Rio de Janeiro, tendo sido professor no Museu Nacional e diretor do escritório brasileiro da Fundação Ford. No final de 1988, após quase 20 anos de permanência no país, foi para a África, vivendo atualmente em Zimbabwe, de onde saiu em 1989 para vir ao Brasil.

Seus estudos sobre o candomblé, a umbanda, a homossexualidade masculina e seus sistemas classificatórios, assim como sobre dimensões significativas da cultura negra, o habilitaram a lançar um vôo reflexivo mais amplo em direção à cultura brasileira, ou melhor, a aspectos relevantes para a sua problematização. No livro *Para inglês ver - identidade e política na cultura brasileira* (1982), Fry retoma, aprofunda e estabelece pontos importantes de divergência em relação tanto aos estudiosos brasileiros da questão quanto a Roger Bastide. Por isso, seu trabalho — para brasileiro ver e francês nenhum botar defeito — abre novas pistas para o entendimento da cultura brasileira.

Uma das pistas perseguidas foi a umbanda, apreendida como "a sacralização de um aspecto fundamental de toda a cultura brasileira", qual seja, "a legitimidade do malandro, da sacanagem e do favor" (Fry, 1982:13). Ao contrário de Roger Bastide, o inglês se interessou mais por esse lado "privado" da umbanda e do candomblé do que por seu lado "público", dos grandes rituais, dos orixás e dos santos.

Nesse percurso, Fry foi levado a "chegar além do candomblé para inglês (ou francês, no caso) ver". E viu o que, a princípio, não queria: "Em vez de união e confiança mútua, desunião e desconfiança. Em vez de um povo unido contra o que considerava seus opressores, um povo jogando o mesmo jogo dos opressores". Mas como poderia ser diferente?, indaga-se o antropólogo. "Seguramente o tipo de ditadura que se desenvolveu no Brasil não surgiu num vácuo cultural. Fui levado a pensar que o autoritarismo e a prepotência dos governantes estavam sendo construídos com tijolos culturais já moldados" (1982:14).

No debate sobre a cultura brasileira, a reflexão de Fry, por romper com a lógica própria de uma visão dicotômica e maniqueista da realidade social — baseada em polarizações rígidas do tipo opressor-oprimido, vítima-algoz — representa uma contribuição importante. Isso é feito, ressalte-se, a partir dos resultados de minuciosas pesquisas empíricas e do estabelecimento de um diálogo tenso com a tradição ensaística brasileira que é, desta forma, por ele recuperada.

Para finalizar este segmento, um comentário geral sobre os brasilianistas editados

aqui. Se é inegável que o mercado editorial brasileiro não é representativo da totalidade da produção sobre o Brasil desenvolvida nos Estados Unidos, ele é ao menos indicativo de algumas das conexões dos brasilianistas editados com a comunidade intelectual brasileira. Tais conexões refletem níveis distintos de interação desses estrangeiros com o país.

Com efeito, através do mercado editorial brasileiro é possível "agrupar" os brasilianistas editados aqui em duas categorias. Longe de um arroubo classificatório, esta é uma pista a mais para explicar, mesmo que parcialmente, o porquê de serem eles e não outros os publicados no Brasil. Um primeiro grupo é composto de autores bem relacionados, institucional ou intelectualmente, com a comunidade brasileira de cientistas sociais e historiadores. Destacam-se, neste caso, o cientista político Alfred Stepan, os antropólogos Anthony Seeger e David Maybury-Lewis e os historiadores Stuart Schwartz, Richard Morse, Joseph Love, Warren Dean e Ralph Della Cava.

No interior desse grupo encontram-se aqueles que, tendo concluído seu doutorado, vêm ao Brasil não apenas para pesquisar, mas para lecionar. Alguns chegam quase a se "fixar" aqui, como o cientista político David Fleischer, os historiadores Peter Eisenberg e Michael Hall, e o antropólogo Anthony Seeger.[15] Outros integram-se nas universidades brasileiras como professores visitantes em momentos distintos de suas carreiras, como os antropólogos Robert Shirley, Anthony Leeds, Janice Perlman e David Maybury-Lewis, os historiadores Stuart Schwartz e Herbert Klein, o sociólogo Peter Evans e a crítica literária Joan Dassin.[16]

Um segundo grupo, numericamente superior ao primeiro, é integrado por autores de reputação acadêmica dúbia ou pouco conceituada pela comunidade intelectual "nativa", mas que são interessantes para os editores que os publicam em função do tipo de temática abordada em seus trabalhos. Seus livros quase sempre atingem um público leitor mais amplo. Para não ferir suscetibilidades citamos apenas os nomes dos historiadores Thomas Skidmore e John Foster Dulles, ampla e publicamente reconhecidos nesta categoria.

4. Considerações finais

Uma análise geral das presenças americana e francesa no Brasil entre 1930 e 1960 permite apreender dois modelos distintos de interação com o país: a docência e a pesquisa. Com efeito, como revela Massi, "se para o caso francês, a USP e a docência mostram-se 'ganchos' eficazes para (tal) análise, no caso americano, a estratégia revela-se outra. Aí, é a pesquisa o fio condutor capaz de auxiliar a traçar um quadro explicativo mais amplo" (1989:434).

Na mesma, se restringirmos a análise sobre estas presenças de forma a incluir apenas aquelas que elegeram o Brasil como campo de investigação e cujos trabalhos foram editados aqui entre 1930 e meados dos anos 60, encontraremos um outro quadro explicativo. Isto é, se tomarmos o mercado editorial brasileiro como um dos indícios disponíveis para examinar os modos de inserção destes estrangeiros no país, veremos que o peso da nacionalidade sofre uma relativa diluição. A medida de verificação passa a ser outra, visto que, neste caso, a pesquisa é a atividade que os unifica. De fato, entre os autores publicados no período, encontramos: de um lado, um grupo diretamente envolvido com o processo de institucionalização das ciências sociais no país e que, por esta razão, foi consideravelmente editado no período; de outro, um segundo grupo de estrangeiros, de nacionalidades distintas, para quem o país interessa principalmente como campo de investigação. Aí, destacam-se numerica-

mente os americanos que, de um modo geral, realizam suas pesquisas como parte de projetos mais amplos firmados entre universidades americanas e instituições nacionais.

É inegável a assimetria entre os centros de produção intelectual de onde partem esses estrangeiros e o Brasil como espaço de recepção. Porém, na medida em que muitos deles contribuíram para a formação de um corpo de docentes ou de pesquisadores autóctones, foram bem aceitos — e em vários casos com entusiasmo — pela comunidade intelectual brasileira.

Bastante distinta, no entanto, é a situação encontrada pelos estrangeiros que se dirigem para cá a partir da segunda metade da década de 60. A institucionalização das ciências sociais e da história é evidente: multiplicam-se as graduações, aumentam os centros de pós-graduação.[17] A comunidade brasileira de cientistas sociais e de historiadores vive um nítido processo de diferenciação interna, sinal de suaexpansão e de seu "amadurecimento". Os estrangeiros, neste novo contexto, também se diferenciam. Há um visível aumento de norte-americanos interessados no Brasil e um decréscimo significativo de franceses que elegem o país como campo de investigação.

Os norte-americanos são quase sempre vistos, aqui, como parte de uma categoria maior, a de brasilianistas, que, além de controversa, aparece ainda como competidora, a "disputar" temas, campos, cronologias, enfoques e financiamentos com os historiadores e cientistas sociais brasileiros. Como se a marca de origem — intelectual e profissional, bem-entendido — fosse poderosa a ponto de apagar particularidades e diferenças entre eles. O fato de alguns terem passado pelas universidades brasileiras como professores-visitantes ou de que alguns de seus trabalhos tenham tido umaboa receptividade pela comunidade "nativa" parece ser insuficiente para eximi-los desse "estigma".

São tratados, de um modo geral, como pesquisadores de pouco alcance teórico, como interlocutores temáticos circunscritos, como referências bibliográficas para fins de documentação, raramente como influências teóricas. Em suma, o mérito dos brasilianistas e de suas obras, quando reconhecido, parece ser medido por sua posição na "historiografia" nacional. Dito de outro modo, sua contribuição parece ser proporcional ao peso de suas "versões" na análise e avaliação de aspectos múltiplos da sociedade brasileira.

Neste sinuoso jogo de alteridades, marcado por uma desigualdade básica — própria de uma assimetria clara entre centro e periferia — e sublinhado por uma espécie de incompreensão estrutural recíproca (do tipo "eles não nos entendem e nós não os entendemos"), encontram-se, uns e outros (leia-se, americanos e brasileiros) irreversivelmente atados.

Para os norte-americanos, o país aparece como área de especialização profissional e acadêmica, como espaço para o "escoamento" de sua produção e lugar para trocas institucionais e acadêmicas. Para os brasileiros, os brasilianistas representam a possibilidade de viabilizar redes formais e informais, intercâmbios acadêmicos e contatos intitucionais como as universidades americanas a que pertencem. São, ainda, uma espécie de porta de entrada para os brasileiros mais titulados chegarem aos Estados Unidos como professores-visitantes, conferencistas e, eventualmente, autores editados em língua inglesa.

Frente ao que foi dito, uma questão de fundo se impõe. Como explicar a permanência da influência intelectual francesa no país, quando se sabe que, comparativamente ao que ocorre em relação aos Estados Unidos, verifica-se uma diminuição de relações institucionais entre a comunidade de cientistas sociais e de historiadores com as suas congêneres francesas? Ou, em outros termos, como entender a repercussão fran-

cesa, quando também se sabe que esta ausência relativa de relações institucionais parece não comprometer a sua influência intelectual aqui? A resposta a estas indagações supõe uma investigação ampla e reflexões outras, o que, porém, extrapola os limites deste artigo.

Notas

1. A idéia do "eterno retorno" como predicado para as constantes descobertas e redescobertas do país é trabalhada por Meyer (1980).

2. Para uma análise destas coleções, consultar Pontes (1989).

3. O resultado desse trabalho encontra-se em um relatório de pesquisa disponível no IDESP. Trata-se de um levantamento de todos os livros sobre o Brasil, que encontramos, de cientistas sociais e historiadores de nacionalidades diversas, publicados aqui entre 1930 e 1988. Contém, também, dados sobre os autores e, quando possível, breves indicações do conteúdo das obras.

4. Para maiores informações sobre as missões estrangeiras na criação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e na então Universidade do Rio de Janeiro, assim como as presenças americanas nas ciências sociais brasileiras e seus projetos de pesquisa no país, consultar, entre outros, Massi (1989), Almeida (1989) e Limongi (1989).

5. Distinção proposta por Sebe (1984) entre os "brasilianistas históricos" (de 1930 a 1959) e os brasilianistas propriamente ditos (pós-60).

6. Para uma análise particularizada da revista *Sociologia* e da sociologia desenvolvida na ELSP, assim como da atuação de Baldus, Willems e Pierson nessa instituição, consultar Limongi (1987 e 1989a).

7. Sobre a trajetória de Pierson e Willems no Brasil, consultar Corrêa (1988). Sobre a permanência de Bastide no Brasil, ver Queiroz (1983).

8. As pesquisas de Charles Wagley no Brasil foram, em larga medida patrocinadas por projetos institucionais. Entre 1938 e 1942, Wagley veio ao Brasil por intermédio do projeto Columbia-Museu Nacional, firmado de maneira informal por Ruth Benedict e Heloísa Alberto Torres, com o intuito de trazer ao país, para pesquisar, o primeiro grupo de antropólogos americanos. Nesse período realizou investigações sobre os tapirapés (1939-40) e dirigiu um programa de treinamento de pesquisa com alunos do Museu Nacional, junto aos índios tenetehara do Maranhão (1941-42). Em 1948, retornou como membro do grupo de pesquisa Hiléia Amazônica, da UNESCO, organizado por Alfred Métraux. Um ano depois, tornou-se o representante americano do primeiro projeto de cooperação entre a Universidade de Columbia e o estado da Bahia, estabelecido por iniciativa de Anísio Teixeira. Esse projeto resultou na pesquisa em seis municípios do interior da Bahia, feita na ótica dosestudos de comunidade.

9. Para maiores informações sobre os projetos de cooperação da Universidade de Columbia com instituições brasileiras, consultar Wagley (1972).

10. A descrição mais detalhada do itinerário intelectual e existencial de Bastide encontra-se no livro *Estudos afro-brasileiros* (1973).

11. De fato, é a primeira vez que o termo aparece em um prefácio de brasileiro, para qualificar um autor americano. A partir de então, como mostra Fernanda Massi, será amplamente utilizado tanto na grande imprensa quanto nas revistas acadêmicas especializadas, tendo servido antes para caracterizar o brasilianismo (na maior parte das vezes de maneira pejorativa), do que para avaliar a produção propriamente dita de seus representantes. Para uma visão mais aprofundada sobre a recepção dos livros dos brasilianistas e do fenômeno do brasilianismo, consultar o artigo de Massi neste número de *Estudos Históricos*.

12. Para uma visão mais aprofundada das relações acadêmicas entre o Brasil e os Estados Unidos, sobretudo a partir da década de 60, do impacto da Fundação Ford na história recente dessas relações e do perfil dos brasilianistas (em termos de formação acadêmica, faixa etária, gênero, período e universidades em que obtiveram o doutorado), consultar o texto de Miceli (1989).

13. Vale lembrar que se os estudos historiográficos, sociológicos e políticos parecem perseguir um objetivo comum, no sentido de pesquisar, delimitar e definir temas, campos, conjunturas e personagens do Brasil, como território geograficamente delimitado ecomo nação, o mesmo não se aplica aos trabalhos propria-

mente etnológicos dos brasilianistas. Nestecaso, as fronteiras e o território não são nacionais, mas antes de tudo tribais. O país interessa como sede de sociedades ágrafas, cuja particularidade mais visível reside em sua segmentação lingüística como jê, tupi, guarani, caribe, arawake, localizadas no Brasil central, meridional, na Amazônia, no litoral e no Xingu.

14. O fato do último livro de Morse não ter sido publicado ainda nos Estados Unidos é uma indicação clara da posição ambígua ocupada por ele no sistema acadêmico norte-americano.

15. David Fleischer foi professor-visitante na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) entre 1969-71 e na Universidade de Brasília (UnB) entre 1972-73; em 1986, retornou a esta última universidade, onde permanece até hoje. Peter Eisemberg (falecido em 1988) e Michael Hall integraram-se ao departamento de história da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); o último continua a trabalhar nessa instituição. Anthony Seeger lecionou no Museu Nacional durante sete anos, entre 1975-82. Vale enfatizar que embora existam outros brasilianistas vinculados às universidades brasileiras, não foram incluídos aqui em razão de não terem livros editados no Brasil. Para efeitos deste artigo não estamos considerando resenhas ou artigos publicados em revistas especializadas.

16. Robert Shirley foi professor-visitante no Museu Nacional, Anthony Leeds esteve no Museu Nacional em 1969 e Janice Perlman foi professora-visitante na UFMG em 1966 e na UnB em 1968. Stuart Schwartz esteve na Universidade Federal da Bahia em 1973; Herbert Klein foi professor-visitante na Universidade Federal do Paraná em 1972 e na UnB em 1986. Peter Evans esteve na UnB em 1973. Joan Dassin foi professora-visitante na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro entre 1976-77 e atualmente dirige o escritório da Fundação Ford no Brasil.

17. Sobre a expansão da pós-graduação em ciências humanas, consultar Arruda do Nascimento (1989).

Bibliografia

ALMEIDA, Maria H. Tavares de. 1989. "Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Brasil", em MICELI, S. (org.), *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/IDESP, vol.1, p.188-216.

ARRUDA DO NASCIMENTO, Maria Arminda. 1987. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo, Departamento de Sociologia da USP. Tese de doutorado. mimeo.

_____.1989. *O sistema depós-graduação no Brasil: um balanço*. São Paulo, IDESP. mimeo.

ASSIS BARBOSA, Francisco de. 1969. "Apresentação", em SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 2. ed. Rio de Janeiro, Saga.

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. 1955. *Brancos e negros em São Paulo*. São Paulo, Anhembi.

BASTIDE, Roger. 1959. *Brasil: terra de contrastes*. São Paulo, Anhembi.

_____. 1973. *Estudosafro-brasileiros*. São Paulo, Perspectiva.

CÂNDIDO, Antônio. 1980. *Literatura e sociedade*. 6.ed. São Paulo, Ed. Nacional.

CORRÊA, Mariza (org.). 1988. *História da antropologia no Brasil: 1930-1960*. São Paulo, Vértice; Campinas, Unicamp.

FRY, Peter. 1982. *Para inglês ver, Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar.

LEVINE, Robert. 1980. *A velha usina. Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LIMONCI, Fernando P. 1987. *Revista de Sociologia*. São Paulo, IDESP, Série História das Ciências Sociais, n. 1.

_____.1989. "Mentores e clientela da Universidade de São Paulo", em MICELI, S. (org.), op. cit. p. 111-87.

_____.1989a. "A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo", MICELI, S. (org.) op. cit. p. 217-33.

LOVE, Joseph. 1975. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo, Perspectiva.

_____.1982. *A locomotiva. São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MASSI, Fernanda P. 1989. "Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)", em MICELI, S. (org.), op. cit. p.410-59.

_____.1990. "Brasilianismos, *brazilianists* e discursos brasileiros". *Estudos Históricos*; História e ciências sociais. Rio de Janeiro, Associação de Pesquisa e Documentação Histórica. vol.3, n.5.

MEYER, Marlise. 1980. "Um eterno retorno: as descobertas do Brasil". *Cadernos CERU*, São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, n. 2. Separata.

MICELI, Sérgio. 1989. *A desilusão americana (relações acadêmicas e intelectuais entre o Brasil e os Estados Unidos*. São Paulo, IDESP, mimeo.

MORSE, Richard. 1988. *O espelho de Próspero. Cultura e idéias nas Américas*. São Paulo, Companhia das Letras.

PARK, Robert. 1945. "Introdução", em PIERSON, D. *Pretos e brancos na Bahia: um estudo do contato racial*. São Paulo, Nacional.

PIERSON, Donald. 1945. op. cit.

____. 1966. *Cruz das Almas*. Rio de Janeiro, José Olympio.

PONTES, Heloisa. 1989. "Retratos do Brasil: editoras, editores e coleções Brasiliana nas décadas de 30, 40 e 50", em MICELI, S. (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*: São Paulo, Vértice/IDESP, v. 1, p. 359-409.

QUEIROZ, Maria Isaura. 1983. "Nostalgia do outro e do alhures: a obra sociológica de Roger Bastide", em QUEIROZ, M.I. (org.), *Roger Bastide: sociologia*. São Paulo, Ática, col. Grandes Cientistas Sociais.

RAMOS, Artur. 1945. "Introdução", em PIERSON, D. *Pretos e brancos na Bahia: um estudo do contato racial*, op. cit.

RAMOS, Dulce. 1974. "Levantamento das pesquisas sobre assuntos brasileiros feitas em universidades americanas (1960-1970)". *Revista de História*, São Paulo, 49 (99):p. 281-308.

SEBE, José Carlos. 1984. *Introdução ao nacionalismo acadêmico. Os brasilianistas*. São Paulo, Brasiliense.

WAGLEY, Charles. 1972. "Os estudos brasileiros na Universidade de Columbia", em ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS BRASILEIROS, São Paulo, IEB. *Anais*, São Paulo, s. ed. vol. III, p. 33-58.

WILLEMS, Emílio. 1947. *Cunha. Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo, Secretaria da Agricultura.

WIRTH, John. 1982. *O fiel da balança. Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Heloisa A. Pontes é professora do Conjunto de Antropologia da Unicamp e pesquisadora do IDESP.